

Zélia muda de tom. A pedido dos Estados Unidos.

A flexibilização da posição do governo em relação ao problema do juros em atraso com os bancos credores internacionais, sinalizada pelas declarações que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, fez em Washington, há dois dias, foi influenciada, em parte, pelo desejo de preservar o apoio político do governo norte-americano ao programa econômico. "Nós pedimos às autoridades brasileiras para manter uma mente aberta em relação à retomada do pagamento de juros aos banco", contou o subsecretário do Tesouro, David Mulford, que acompanhou o secretário Nicholas Brady, no encontro que este teve com Zélia, paralelamente à reunião do Fundo Monetário Internacional, na segunda-feira. Fontes oficiais brasileiras haviam afirmado, nas últimas semanas, que o governo não consideraria a questão dos juros atrasados antes de obter dos credores um acordo global de renegociação da dívida externa.

O diálogo entre o governo e os bancos foi reiniciado no mesmo dia com um encontro entre o negociador da dívida brasileira, embaixador Jório Dauster, e o presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes, do Citicorp. Em entrevista à imprensa, no final da tarde, a ministra evitou excluir a hipótese de o país vir a efetuar logo um pagamento de juros. Preferiu, em vez disso, deixar um bom espaço de manobra, afirmando que o governo decidirá como proceder em relação aos atrasos com os bancos somente depois de concluir a revisão do orçamento, no final deste mês. Fontes dos bancos credores notaram, com agrado, a mudança de ênfase da ministra.

"Não fizemos exigências nem

qualquer demanda", afirmou Mulford, notando que Washington continua a ter uma opinião "muito positiva" sobre o programa econômico do governo Collor. "Apenas dissemos à ministra que, com a passagem do tempo, o problema dos atrasos de pagamentos pode tornar-se insuperável e sugerimos que o governo brasileiro use a oportunidade que é oferecida hoje pelos bancos e busque um entendimento antes que os atrasos aumentem ainda mais", afirmou o sub-secretário do Tesouro, depois de lembrar que o Brasil não paga os bancos desde meados do ano passado.

Segundo Mulford, o que Washington espera do governo brasileiro não é a solução imediata para o problema, com um pagamento de toda a conta. "O importante não é chegar à uma solução agora mas sim começar a buscar a solução", afirmou. O alto funcionário dos EUA indicou que se isso ocorrerão e o Brasil já estiver em processo de negociação com o FMI, diminuirão substancialmente os riscos de uma reclassificação dos ativos brasileiros nos bancos norte-americanos pelas autoridades de Washington, no mês que vem. A reclassificação obrigaria os bancos a providenciar reservas específicas no valor de 40% de seus ativos brasileiros e poderia levar muitos deles a desinteressar-se de vez pela negociação com o País. A missão negociadora do Fundo chegará a Brasília na primeira quinzena de junho, em plena Copa do Mundo — uma época politicamente ideal, também, para o governo buscar uma acomodação com os bancos sobre os pagamentos em atraso com um mínimo de custo político.

Paulo Sotero, de Washington